



XVI SEUR

Objetivo 11 do desenvolvimento sustentável e a gentrificação verde em áreas urbanas

Wendel Henrique Baumgartner, Universidade Federal da Bahia, wendel_henrique@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo contribuir para o debate sobre a gentrificação verde, resultante de um processo de apropriação da natureza, presente nos projetos de sustentabilidade urbana relacionados à Agenda 2030, pelos agentes do mercado imobiliário. Nossa abordagem busca se constituir em uma leitura crítica e dialética sobre o objetivo 11 do desenvolvimento sustentável e a produção capitalista do espaço urbano. A metodologia está pautada na leitura e análise de referências bibliográficas, nacionais e internacionais, e em resultados de pesquisas de campo. O que apresentamos aqui é um fragmento de uma pesquisa mais ampla sobre a natureza na cidade, cujo foco são as questões da justiça espacial nos projetos de sustentabilidade urbana e a aplicação de soluções baseadas na natureza em cidades latino-americanas.

Palavras-chave: Objetivos do desenvolvimento sustentável; mudanças climáticas; gentrificação verde; espaço urbano.

1. Introdução

Buscamos através de um pensamento crítico contribuir para uma discussão dialética a respeito da implementação do objetivo do desenvolvimento sustentável número 11, presente na Agenda 2030, produzida pela ONU. Apesar da importância de pensarmos cidades sustentáveis, vivemos em um mundo urbano produzido pelo capitalismo com forte ação dos agentes do mercado imobiliário na apropriação da natureza. As amenidades criadas para atingir a meta de sustentabilidade, acaba por se tornar mais uma mercadoria, gerando um acesso desigual à natureza na cidade, e processos de gentrificação verde.

Partimos do pressuposto que as mudanças climáticas são uma realidade, pois nosso objetivo não é, nesse texto, convencer célicos ou negacionistas sobre um fato, observável e vivenciado



na atualidade. Os longos períodos de estiagem, as chuvas torrenciais, os recordes históricos de elevação da temperatura, o derretimento das calotas de gelo e do *permafrost* são indicativos dessas alterações, já estudados e contemplados em uma literatura diversa.

Também é preciso considerar que, na atualidade, o mundo é urbano. Algumas cidades e suas regiões metropolitanas congregam mais duas dezenas de milhões de habitantes. Qualquer mudança no clima, não afetaria uma dúzia de aglomerações humanas desconectadas e imbuídas de uma produção local e de subsistência, sem desconsiderar o impacto na flora e na fauna. Hoje, nesse mundo urbano, as aglomerações, a economia, a cultura, enfim a vida, está intrinsecamente interconectada. Mudanças em um lugar tem imediata resposta e reconhecimento em outro. Esse aspecto, da interconexão e da comunicação, é algo que denota outras especificidades das mudanças climáticas que nos atingem, a velocidade da circulação das informações, do alarme e da tomada de consciência.

No Brasil, desde as consequências diretas da atuação do clima, como as secas, as enchentes, ou eventos extremos de temperatura, até as ‘contribuições nacionais’ para o aquecimento global, como as queimadas na Amazônia ou no Pantanal, ganham instantaneamente as manchetes dos jornais e tem impactos políticos, econômicos, culturais, sociais e psicológicos, no mundo. Na Europa, os verões extremamente quentes, os extensos períodos secos, os invernos com temperaturas altas e desprovidos de neve, criam um ambiente favorável a compreensão e a constatação de que realmente o clima está mudando e é preciso agir.

Com a constatação dessas alterações, influenciadas e aceleradas em função das ações humanas sobre o planeta (UN-HABITAT, 2011; RIBEIRO & SANTOS, 2016), diversas ações e projetos governamentais e de organismos multilaterais, entre eles a Organização das Nações Unidas (ONU), foram lançadas, quer seja através de manifestos, estudos ou relatórios, na tentativa de reverter ou mitigar os efeitos das mudanças climáticas, aumentar a resiliência dos assentamentos humanos e construir uma relação sociedade-natureza mais sustentável. Entre esses documentos, está a Agenda 2030, lançada em 2015 pela ONU, ratificada pelo governo brasileiro no mesmo ano, composta por uma série de medidas, a serem implementadas pelos governos entre 2016 e 2030, conhecidas como Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS ou SDG nas referências internacionais).

A despeito da urgência e da necessidade de ações ou projetos que tratem da preparação das cidades para os efeitos das mudanças climáticas, promovendo a construção de um espaço urbano sustentável, há uma clara negação, desconsideração ou minimização de condicionantes



espaciais, resultantes da produção capitalista do espaço. No espaço urbano, foco de nossos trabalhos, as amenidades ambientais, as áreas destinadas à oferta de serviços ecológicos, as infraestruturas verdes e azuis, em especial as áreas verdes urbanas, acabam por inserir-se, de maneira não intencional e imprevista, nas lógicas e dinâmicas do mercado imobiliário. A natureza, material e simbolicamente, incorpora-se à esfera de um mundo capitalista, de uma racionalidade instrumental e da criação de um conjunto de necessidades (pela urgência decorrente das mudanças climáticas), que acabam se configurando como objetos de desejo, mais uma possibilidade de consumo

Assim, pela raridade e apelo, os espaços próximos aos parques urbanos, as áreas imediatas aos elementos naturais produzidos nos projetos de sustentabilidade e resiliência urbana, passam por processos de gentrificação, denominados de gentrificação verde.

2. Metodologia

Para elaboração desse texto realizamos uma análise de diversas referências bibliográficas, com destaque para documentos produzidos por organismos multilaterais; livros, capítulos e artigos escritos por autores nacionais e internacionais, buscando trazer contribuições recentes sobre a temática estudada; leitura de jornais e revistas científicas; e pesquisas de campo, que, embora não estejam contempladas na abordagem que demos a esse trabalho, nos ajudaram a construir as considerações aqui apresentadas.

Cabe destacar que, a leitura crítica e dialética que trazemos sobre a temática discutida compõe uma pesquisa mais ampla sobre justiça espacial em projetos de renaturalização urbana, construção de infraestruturas verdes e azuis e adoção/implementação de soluções baseadas na natureza em diversas propostas de planejamento urbano, mais comuns na Europa, mas que começam a difundir para diversas cidades latino-americanas.

3. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e a gentrificação verde no espaço urbano

Segundo a ONU Brasil (2015, p.1),

[o]s 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das



mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

O foco de nossa análise, nesse momento, é o objetivo 11 ‘Cidades e comunidades sustentáveis’, cuja proposta é “tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis” (ONU Brasil, 2015, p.18).

Entre as metas do objetivo 11, destacamos quatro:

“11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.” (ONU Brasil, 2015, p.30)

O texto tem, é claro, um forte componente de desenvolvimento econômico, de diminuição de perdas financeiras ocasionadas pelos fenômenos climáticos extremos e um apelo a universalização de um ambiente urbano sustentável.

Apesar de uma aparente legitimidade, decorrente da amplitude e urgências em preparar as cidades para os impactos causados pelas mudanças climáticas, ao não incluir aspectos importantes presentes no espaço geográfico, em especial as questões referentes a própria dinâmica da produção capitalista, a proposta acaba por esvair-se de conteúdo político, social e geográfico. Com algum destaque mais retórico do que prático, o documento da ONU menciona minorias, excluídos, mulheres, indígenas, mas sem uma relação desses grupos com o mundo do trabalho, com suas particularidades e singularidades no acesso à educação e outros serviços urbanos, na construção de uma imensa diversidade social que moram e circulam pelas cidades. Questões geográficas, históricas e políticas, centrais para as populações mais vulneráveis e excluídas, como o do direito à cidade (LEFEBVRE, 1969) e o direito à natureza na cidade (HENRIQUE, 2009) não são conceitualmente definidos nos indicadores para a implementação dos ODS. Em nossa concepção, a ideia de sustentabilidade que apaga as formações socioespaciais e as contradições do espaço, que condenam determinados grupos as áreas de risco, as periferias sem infraestrutura e a falta de recursos ou



amenidades ambientais, acaba, em prol de um discurso universalizante, acessível, mas superficial, por ficar insustentável.

Nos dias atuais, é fundamental pensarmos uma reconstrução ou reabilitação da natureza ou meio ambiente, mas dentro de sua construção históricas e social, compreendendo que a sociedade incorporou e passou a produzir a natureza, conforme encontrado nos inúmeros projetos de soluções baseadas na natureza, renaturalização das cidades, infraestruturas verdes e azuis e ofertas de serviços ambientais.

A materialização dos ODS pressupõe a construção de uma gama variada de infraestruturas ambientais, tais como: parques urbanos, zonas naturais de captação e infiltração de água de chuva, aumento da permeabilidade do solo urbano, incremento da quantidade e qualidade de áreas verdes urbanas (telhados e muros verdes, arborização ao longo do sistema viário, agricultura urbana), renaturalização, remediação ou reabilitação de rios urbanos, entre outros. Denominados de soluções baseadas na natureza (EU, 2015), essas infraestruturas verdes e azuis funcionariam a partir de uma cópia ou mimetização da natureza, deixando-a atuar para oferecer serviços ambientais. Apesar de sua funcionalidade e intencionalidade, esses objetos produzidos acabam por se inserir em um espaço urbano mercantilizado, onde a natureza na cidade, se torna também uma mercadoria hipervalorizada, no mercado imobiliário, por exemplo.

A construção de áreas verdes urbanas, além do impacto no sequestro de carbono, no aumento da permeabilidade, da evapotranspiração e da diminuição da temperatura nas cidades, acabam por se tornar áreas valorizadas, foco do interesse das camadas mais ricas. Morar próximo a natureza é um objeto do desejo, ainda mais significativo em tempos de pandemia de Covid-19 e quarentenas. O acesso a natureza e os benefícios que o contato com elementos naturais traz, psicologicamente e corporalmente, são indiscutíveis (BEATLEY, 2019).

Pela sua atratividade no mercado, o entorno dos espaços de natureza na cidade se torna um lugar mais caro, com preços de aluguéis e dos imóveis em acesso. Com isso, em muitos casos, como no Brasil (HENRIQUE, 2006 e 2011), nos Estados Unidos da América (GOULD & LEWIS, 2017) ou em Barcelona (ANGUELOVSKI & CONNOLLY, 2019), são observados processos de gentrificação verde associados aos projetos de sustentabilidade urbana.



A ideia de uma gentrificação verde, assim com os demais tipos de gentrificação, é o resultado da substituição da população originária de uma localidade por uma de maior renda, tendo como elemento impulsionador a realização de obras de aumento de áreas verdes urbanas, criação de parques lineares, de jardins e bosques urbanos, criação de lagos, lagoas e renaturalização de zonas ribeirinhas e costeiras, melhoria das infraestruturas e serviços ambientais, entre outros.

É preciso tomar muito cuidado com algumas propostas de renaturalização urbana ou da construção de áreas verdes, vinculada meramente a produção estética de uma natureza padronizada, onde a beleza supera a funcionalidade.

Dessa forma, especialmente nas grandes cidades, espaços mais tecnificados e artificializados, repletos de infraestruturas ambientais cinzas (uma referência na literatura à obras de canalização de tamponamento de rios urbanos, de construção de ‘piscinões’ subterrâneos para captação de água da chuva, pavimentação indiscriminada de superfícies) frutos de concepções arcaicas de intervenção humana, a presença de uma natureza natural torna-se muito distante. A natureza material, efetivamente incorporada e produzida, enclausurada nas propriedades imobiliárias privadas, terá seu acesso definido de maneira desigual, entre, por exemplo, os empreendimentos de alto padrão e os condomínios habitacionais de baixa renda.

É necessário pensar estratégias urbanísticas, a serem incluídas nos projetos de planejamento de urbano baseados no ODS, para reverter o processo de gentrificação verde decorrente da incorporação da natureza por alguns empreendimentos imobiliários e as reservas de natureza nos bairros de população com maior renda. Enquanto alguns privilegiados podem, em seus espaços de uso restrito, ter direito à natureza, nas áreas mais pobres das cidades, além da negação do acesso aos serviços ambientais, convivem com a escassez de espaços qualitativos de natureza, com a falta de áreas verdes e com a transformação dos rios urbanos em canais de esgoto.

A natureza na cidade não pode ser um privilégio apenas daqueles com poder aquisitivo para comprá-la, preservá-la ou produzi-la, não pode ser configurar com um produto raro a ser consumido apenas pelos habitantes com maior rendimento e nos bairros mais elitizados. A natureza na cidade deve ser produzida e equitativamente distribuídas para todos e estar presente em todos os espaços.



4. Considerações finais

A discussão sobre mudanças climáticas tem aparecido com alguma frequência nos debates, através de posições alinhadas a concepções distintas, algumas catastróficas, outras negacionistas, muitas baseadas em crenças, religiões ou ideologias, e outras fundadas em fatos e dados científicos.

Da mesma forma que não é possível negligenciar as alterações climáticas nos estudos urbanos, os projetos ambientais não podem idealizar um mundo natural desprovido de contradições, esquecendo que o espaço geográfico também se torna uma mercadoria, produzida dentro de uma lógica capitalista de valor. Excluí-las da equação pode dar uma resposta imediata, mas a superficialidade dessas respostas incompletas não ajuda a pensar o espaço de vida das sociedades em conjunto com a natureza no futuro.

Esse desafio está posto na construção de um pensamento crítico das relações sociedade-natureza na cidade, em tempos de mudanças climática, pois tanto o preparo de um ambiente urbano resiliente quanto a promoção de justiça espacial nos projetos de sustentabilidade urbana são fundamentais.

Temos observado uma aceleração na proposição de ações e implementação de projetos, em especial na Europa, que começam a preparar as cidades realmente para esse novo futuro. Acreditamos que a riqueza desse momento de debate está muito influenciada pela articulação da sociedade através das redes sociais e da mídia. Os protestos dos jovens, no movimento '*Fridays for Future*', os grandes incêndios na Austrália, Califórnia, as queimadas na Amazônia e no Pantanal, contribuem para a ampliação da discussão e a efetiva tomada de consciência dos agentes envolvidos no planejamento urbano, desde uma parte da classe política esclarecida até os técnicos envolvidos no desenho de uma nova cidade (equipamentos, mobilidade, economia, etc.), passando, é claro, por uma parcela cada vez maior da população urbana.

Há uma diversidade de projetos de sustentabilidade urbana concebidos através de um design coletivo. Algumas cidades têm usado a estratégia do orçamento participativo para a definição, financiamento e construção de projetos ambientais. Entretanto, os exemplos de maior sucesso estão em áreas de população com maior poder aquisitivo e escolaridade alta. Mesmo nessas áreas, as restrições impostas pela pandemia do Covid-19 diminuíram a efetiva participação das pessoas. Em áreas mais carentes, onde geralmente os adultos trabalham em dois ou mais



turnos/empregos, é ainda mais complicado atraí-los para essa discussão. Apesar das dificuldades, essa parte da população, que se configura como a grande maioria dos moradores das nossas cidades precisam ser consideradas, para além de um discurso. O mote da inclusão de todos e da universalização da sustentabilidade, presentes nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, precisam ganhar um corpo material, através de práticas e ações que, efetivamente, garantam aos pobres, excluídos e marginalizados, o acesso à própria cidade (sustentável) e à natureza na cidade, promovendo uma efetiva justiça espacial. Sem justiça espacial não há sustentabilidade ambiental.

Referências

- ANGUELOVSKI, Isabelle and CONNOLLY, James J. T. Green Gentrification in Barcelona. In: BALLESTER, Eloi Juvillà (coord.). **Renaturing Cities. Town Planning and Housing**. Barcelona: Barcelona Provincial Council's Press and Communication Office, 2019, pp. 100-112.
- BEATLEY, Timothy. Exploring the Nature Pyramid. In: BALLESTER, Eloi Juvillà (coord.). **Renaturing Cities. Town Planning and Housing**. Barcelona: Barcelona Provincial Council's Press and Communication Office, 2019, pp. 23-35.
- EU. European Union. (Directorate-General for Research and Innovation Climate Action, Environment, Resource Efficiency and Raw Materials). **Towards an EU Research and Innovation policy agenda for Nature-Based Solutions & Re-Naturing Cities**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, 74p.
- GOULD, Kenneth A.& LEWIS, Tammy L. **Green gentrification. Urban sustainability and the struggle for environmental justice**. London/New York, 2017, 181p.
- HENRIQUE, Wendel. A natureza sempre foi bela, mas nunca tão sofisticada. A cidade e a valorização da natureza: os empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre n.º 31, pp. 114-125, outubro 2006.
- HENRIQUE, Wendel. Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e região metropolitana. **Mercator**. Fortaleza, v. 10, n. 21, pp. 63-80, janeiro/abril 2011.
- HENRIQUE, Wendel. **O direito a natureza na cidade**. Salvador: Edufba, 2009, 186p.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Difel, 1969, 146p.



ONU Brasil. Organização das Nações Unidas (representação no Brasil). **Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2015, 49p. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acessado em 27/10/2020.

RIBEIRO, Suzana Kahn & SANTOS, Andrea Souza (Eds.). **Mudanças Climáticas e Cidades: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Rio de Janeiro: BMC, COPPE – UFRJ, 2016, 98p.

UN-HABITAT. United Nations (Human Settlements Programme). **Cities and climate change. Global report on human settlements 2011**. London/Washington: Earthscan, 2011, 279p.